

Notas sobre hegemonia, poder e guerra em Gilpin

Notes on Hegemony, Power and War in Gilpin

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2018v6.n3.p66](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2018v6.n3.p66)

1. Possui graduação em Ciência Política - Universidad de los Andes (Venezuela-1988), mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1992) doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1997), livre docência pela Universidade de São Paulo (2007) e pós-doutorado pela Columbia University (2008). Atualmente é professor associado da Universidade de São Paulo - no departamento de Ciência Política e no Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP).
Rio de Janeiro/Brasil
[ORCID: 0000-0002-8751-6020](https://orcid.org/0000-0002-8751-6020)

2. Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (2007) e mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) e é doutora pelo Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Professora do Departamento de História e Relações Internacionais da UFRRJ.
Rio de Janeiro/Brasil
[ORCID: 0000-0003-4381-9705](https://orcid.org/0000-0003-4381-9705)

Rafael Duarte Villa¹
Debora Garcia Gaspar²

Recebido em: 20 de fevereiro de 2018
Aprovado em: 19 de maio de 2018

RESUMO

Alguns autores como William Wohlforth sugerem que o campo de Relações Internacionais teria ido mais longe e se desenvolvido melhor, se as teorias e o campo epistêmico de Robert Gilpin houvessem desempenhado o papel de um acontecimento intelectual contrafactual. Nosso argumento é que o ecletismo tanto temático, quanto teórico de Gilpin – capaz de abraçar causalidades materiais, ideias e instituições –, que caracteriza sua obra, aparentemente o teria impedido de sistematizar um quadro teórico e um conjunto de conceitos, limitando as possibilidades de chegar a ser o pensador contrafactual (ao neorealismo), conforme reivindicado por Wohlforth. No entanto, sua obra, aparentemente dispersa, é composta de três grandes eixos de pensamento – estabilidade hegemônica, suas reflexões sobre o status contemporâneo do Estado e sua teoria da mudança política, bem como seu impacto sobre a guerra – e o que dá unidade e coesão aqueles três eixos é o conceito de hegemonia (no sentido de poder material).

Palavras-chave: hegemonia, estabilidade, guerra, neorealismo

ABSTRACT

Some writers like William Wohlforth suggest that the field of international relations would have gone further and better if Gilpin's theories and epistemic field had played the role of a counterfactual intellectual event. Our argument is that Gilpin's both thematic and theoretical eclecticism – capable of embracing material causality, ideas and institutions – that characterizes Gilpin's work seemingly prevented him from systematizing theoretical framework and a set of concepts thus limiting the possibilities of becoming the counterfactual thinker (to neorealism) claimed by Wohlforth. Nevertheless, his seemingly dispersed work is composed of three major axes of thought – hegemonic stability, his reflections on the contemporary status of the state and his theory of political change its impact on war – and what gives unity and cohesion to those three axes is the concept of hegemony (in the sense of material power).

Keywords: hegemony, stability, war, neorealism

Introdução

William Wohlforth sustenta que quando Robert Gilpin publicou *War and Change in World Politics*, há três décadas, o realismo estava pronto para grandes empreendimentos, dado que a tradição realista fora reavivada e modernizada – causando profundas consequências para a disciplina de Relações Internacionais – graças à sólida resposta do neorrealismo de Kenneth Waltz e de sua obra *Theory of International Politics*. Para Wohlforth, se o quadro esboçado por Gilpin tivesse obtido o mesmo grau de atenção e refinamento alcançado pelas teorias de Waltz, o realismo teria muito mais relevância para explicar os dilemas dos grandes poderes, se comparado a teoria da balança de poder. Sem questionar a importância de Teoria da Política Internacional de Kenneth Waltz, Wohlforth sugere que o campo de Relações Internacionais teria ido mais longe e se desenvolvido melhor, se as teorias e o campo epistêmico de Gilpin houvessem desempenhado o papel de um acontecimento intelectual contrafactual. Porque esse contrafactual não aconteceu?

Robert Gilpin é considerado um autor clássico dentro do campo de Relações Internacionais. Suas contribuições coadunam sua grande influência teórica e ponto de partida de diversas teorias críticas, chegando às formas como os docentes da área organizam a apresentação de autores e ideias em suas aulas. Como exemplo, sua tipologia das correntes de Economia Política Internacional (EPI) (Liberalismo, Mercantilismo, ou nacionalismo, e Marxismo)³ são amplamente tomadas como formato didático de se apresentar os termos do debate para os estudantes. Junto com Stephen Krasner, Gilpin desenvolve o que ficou conhecido como a posição neorrealista em EPI.

Gilpin é amplamente reconhecido por não respeitar as fronteiras acadêmicas, intercambiando contribuições das mais diversas áreas das Ciências Sociais. Isso confere às suas obras uma perspectiva bastante ampla, que serve de guia para uma grande variedade de análises, ainda que, como apontam alguns críticos, não contemple estudos mais específicos e fechados. Como coloca Danspeckgruber (2012, p. 114, tradução nossa) “Numa época em que a academia se tornou altamente especializada, Gilpin é um lembrete de que os melhores estudiosos pensam amplamente ao longo do tempo, disciplinas e espaço”⁴. Nos temas e discussões específicos de EPI, por exemplo, Gilpin tem uma preocupação em trabalhar sempre na fronteira teórica entre Relações Internacionais e Economia, recuperando obras clássicas nas Ciências Econômicas e sempre se atualizando nos debates correntes.

De outro lado, preocupações com os assuntos mais duros da política internacional, de alta política, como sugerem os realistas, tais como segurança e guerra, são também densamente tratados por Gilpin. Uma das preocupações principais que permeia toda a obra do autor, mas que é delineada de forma mais específica em *War and Change*, é a questão da mudança no poder internacional nas relações internacionais, em especial, a ascensão e queda das grandes potências. Isso coloca Gilpin ao lado de outros teóricos que se baseiam da ideia de ciclos (Paul Kennedy em linha compatível, Giovanni Arrighi, na matriz neogramsciana). Inevitavelmen-

3. Gilpin usou o termo mercantilismo em *US Power and Multinational Corporation* (1975) e nacionalismo em *Political Economy of International Relations* (1987)

4. “At a time when academy has become highly specialized, Gilpin is a reminder that the best scholars think broadly across time, disciplines and space”

te, o tratamento concedido ao tema colocou Gilpin na linha de frente das discussões que marcaram os anos 1980 sobre o suposto declínio hegemônico dos Estados Unidos, em relação à ascensão japonesa e europeia. Esse debate perde fôlego ao longo dos anos 1990, devido à manutenção ou “retomada” da liderança americana, exacerbada pela queda da União Soviética e pelo fim da Guerra Fria, mas é retomado mais recentemente nas discussões que se formam em torno da rápida ascensão econômica e militar da China.

Nosso argumento é que o ecletismo, tanto temático quanto teórico – capaz de abraçar causalidades materiais, ideias e instituições –, que caracteriza a obra de Gilpin aparentemente o impediu de sistematizar um quadro teórico e um conjunto de conceitos, limitando as possibilidades de chegar a ser o pensador contrafactual (ao neorrealismo), conforme reivindicado por Wohlforth. No entanto, sua obra, aparentemente dispersa, é composta por três grandes eixos de pensamento – estabilidade hegemônica, suas reflexões sobre o status contemporâneo do Estado e sua teoria da mudança política e seu impacto sobre a guerra – e o que dá unidade aqueles três eixos é o conceito de hegemonia (no sentido de poder material).

Do ponto de vista metodológico, nós revisamos uma série de obras seminais escritas por Gilpin tais como *War and Change* (1981) e *The Political Economy of International Relations* (1987) e destacamos alguns de seus mais proeminentes comentadores, como Benjamin Cohen e William Wohlforth, procurando alinhar elementos que nos permitem mapear de maneira mais precisa a tese esboçada acima. Nossa argumentação se concentrará em três eixos do pensamento de Gilpin: teoria da estabilidade hegemônica, sua visão estadocêntrica e suas reflexões sobre guerra e balança de poder.

Este artigo está organizado em três partes. Na primeira parte, os temas mais específicos de EPI são ressaltados, a partir da teoria da estabilidade hegemônica (TEH), junto a comércio e finanças. Na segunda, é destacada a visão estadocêntrica de Gilpin. Já na terceira parte, o tema central é a relação entre poder econômico e poder militar, que é, concomitantemente, base para a tese gilpiana sobre a mudança nas relações internacionais

Pensando a estabilidade hegemônica.....

Em diversas passagens de seus textos, Gilpin destaca seu apreço pelo nível de crescimento econômico e pelo grau de cooperação internacional (entre as economias ocidentais centrais) que foi alcançado no período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1980. Nos livros de 1975⁵ e de 1987, a TEH, já delineada em obras anteriores, é destrinchada em suas especificidades econômicas, a partir da ideia central de que o estado hegemônico provê uma estrutura permissiva, na qual as relações econômicas internacionais ocorrem. Ao mesmo tempo, conforme declina o poder hegemônico, devido à própria instabilidade da dinâmica do mercado internacional, ou do sistema capitalista, coloca-se a possibilidade e a necessidade do surgimento de uma nova liderança política, de forma a garantir a manutenção da ordem econômica internacional.

5. “US Power and the Multinational Corporation”

Muitos autores atribuem a ideia original da TEH – e Gilpin concede os devidos créditos – à Charles Kindleberger (1973), em *World in Depression: 1929-1939*. Na obra, Kindleberger teria lançado a lógica subjacente do argumento: nos últimos dois séculos, haveria uma correlação aparente entre domínio de grandes potências e estabilidade econômica, verificadas na *Pax Britannica* e na *Pax Americana* (COHEN, 2011, p. 26). No período analisado por Kindleberger, teria havido ausência de liderança, com a Grã-Bretanha não mais capaz de desempenhar a função e os Estados Unidos capazes, porém não dispostos. Para sustentar a famosa afirmação de que para que a economia internacional seja estabilizada, é necessário um, e apenas um, estabilizador, Kindleberger recorreu à teoria da ação coletiva, utilizando-se da linguagem dos bens públicos. Dessa forma, assim como, domesticamente, o estado deve prover as bases não geradas pelo mercado (regulação, coleta de impostos, organização institucional, sistema de preços), para o funcionamento do sistema econômico internacional, o poder hegemônico deve, igualmente, prover bens públicos. Estes seriam a manutenção de mercados abertos, padrão monetário estável para financiamento do comércio e atuação como prestador de última instância, frente a crises de liquidez.

Gilpin identifica essa espécie de paradoxo em que, apesar de haver a necessidade de ambiente político para que as forças de mercado se desenvolvam, os mercados tendem a operar a partir de uma lógica própria, gerando mudanças na alocação das atividades econômicas que, por sua vez, levam a redistribuição do poder econômico e industrial. Essa dinâmica encontra uma formulação tão sucinta, como poderosa nas convicções de Gilpin: “O capitalismo e o sistema de mercado tendem a destruir os fundamentos políticos sobre os quais eles precisam, em última instância, depender” (GILPIN, 1987, p. 78, tradução nossa)⁶. Essa “vida própria” que têm os mercados, nacionais e internacionais, com seus mecanismos inerentes, é o que explica o perene interesse do autor nas discussões sobre teoria econômica.

No texto de 1987, Gilpin conclui que a hegemonia americana estava caminhando para sua fase final, diante, sobretudo, da competição japonesa. No que se refere à ordem econômica liberal internacional, o período de declínio hegemônico americano seria marcado por um recuo dos avanços liberalizantes que caracterizaram o transcurso da hegemonia americana, abrindo caminho para uma ordem neomercantilista de guerras comerciais e formação de blocos econômicos. Tal leitura foi disseminada, à época, diante de retrocessos tanto no sistema multilateral de comércio,⁷ como no padrão monetário internacional.⁸

A TEH foi bastante disseminada na subárea de EPI e tanto influenciou aderentes, como serviu de ponto de partida para as mais diversas vertentes de crítica. Dentre estas últimas, a mais clara se refere à conexão normativa entre as conclusões de Gilpin e a possibilidade de se defender a manutenção da posição americana no cenário internacional. Para Gowan (1999), todo o paradigma que se formou em torno da hipótese central da TEH era subserviente ao unilateralismo americano: “Todo um paradigma acadêmico foi construído nos Estados Unidos para justificar esse unilateralismo americano” (GOWAN, 1999, p. 32, tradução nossa)⁹. Susan

6. “Capitalism and the market system thus tend to destroy the political ; foundations on which they must ultimately depend”.

7. Os anos 1970, no campo do comércio internacional, foram marcados pela proliferação das barreiras não-tarifárias ao comércio, que visavam contornar os avanços em termos de redução tarifária alcançados pelas rodadas do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), de 1947.

8. Em agosto de 1971, o presidente americano colocava fim ao padrão ouro-dólar, acordado durante as reuniões de Bretton Woods como a base do sistema monetário internacional. Em 1973, o sistema de Bretton Woods é desmantelado com o fim do regime de câmbio fixo e o anúncio da retirada dos controles de capitais de curto prazo, que compunham os outros dois pilares do sistema, junto ao lastro em ouro.

9. “A whole academic paradigm has been constructed in the United States to justify this American unilateralism”.

Strange também alertou para os problemas do “mito persistente” do declínio hegemônico americano, que é corolário da TEH, assinalando que as conclusões derivadas da teoria tornam nebulosas as verdadeiras bases do poder da superpotência, no contexto internacional, ou, como coloca Snidal (1985), na mesma linha, a teoria ressignifica a dominação sob o manto de liderança, e não de exploração.

Keonane, responsável por nomear a teoria, apresenta uma posição ambígua em relação à mesma, como apontado por Snidal (1985). Apesar de apontar suas deficiências, em especial, o fato de não servir de base para um programa de pesquisa no sentido lakatosiano, o autor admite seu valor interpretativo, que é utilizado em sua noção de “cooperação hegemônica” (KEOHANE, 1984).

Porém a questão do poder – e da política, portanto – perpassa também a reflexão sobre comércio e finanças, indo além da TEH. Isso aparece, novamente, delimitado na tensão entre autonomia doméstica e integração internacional, tanto no que tange às questões de comércio, como de moeda e finanças internacionais. Gilpin traz esta relação imbricada à tona, sem nunca deixar de atentar para a complexidade da mesma, sempre salientando diferentes pontos de vista, balanceando entre aspectos globais (ao tratar da questão do ajuste entre superavitários e deficitários) e nacionais (ao salientar como diferentes opções de política econômica mobilizam programas políticos domésticos).

Com relação ao sistema monetário internacional, no texto de 1987, baseando-se em Benjamin Cohen (1977) e Susan Strange (1971), Gilpin atém-se mais detidamente na apresentação histórica dos diferentes padrões monetários: padrão ouro clássico (1871-1914), o interregno entre as hegemonias britânica e americana (1914-1944), o sistema de Bretton Woods (1944-1976) e o não-sistema de taxas de câmbio flexíveis (1976-). A análise que Gilpin faz sobre os padrões monetários está assentada no seu entendimento de que os mesmos decorrem de ordens políticas subjacentes, o que faz com que o autor, em certa medida, siga a perspectiva de John Ruggie sobre as ordens econômicas enraizadas e propósito social.

Há dois pontos centrais sobre a análise de Gilpin acerca dos padrões monetários: a centralidade dos mesmos na TEH e o fato de que o autor considera que estamos sob a vigência de um não-sistema. Com relação ao primeiro ponto, Gilpin adere à associação entre os períodos de exercício de hegemonia por uma potência e o funcionamento ordenado de um sistema monetário internacional: o padrão libra-ouro e a hegemonia britânica; o padrão ouro-dólar e a hegemonia americana. No se que refere ao segundo ponto, Gilpin segue afirmando o que já constava no texto de 1987: que desde a reforma dos Artigos do Acordo do FMI, em 1976, na Jamaica, estaríamos sob a vigência de um não-sistema de taxas flexíveis. Com isso, o autor entende que não há regime internacional que governe o SMI, discordando, portanto, de teóricos do regime que identificam sua permanência, mesmo com o declínio hegemônico dos Estados Unidos (KEOHANE, 1984).

Quanto ao Sistema Financeiro Internacional (SFI), Gilpin também identifica os elementos de tensão entre, de um lado, maior integração dos mercados e, por consequência, maior acesso a financiamento, so-

bretudo do ponto de vista dos países menos desenvolvidos; e de outro, maior instabilidade e incidência de crises. Outra questão relevante é que, por mais que o autor aceite a profundidade da integração dos mercados financeiros, sustentando que é nessa seara que o termo “globalização econômica” claramente se aplica, ele também afirma que o SFI continua sendo amplamente definido em bases nacionais, configurando uma coleção de sistemas financeiros nacionais discretos, altamente conectados (GILPIN, 2001, p. 262). Isso porque alguns países relevantes no SFI mantêm controles de capitais (Japão e China) e os investimentos financeiros, em geral, se destinam a aquisição de ativos domésticos. Todas estas teses estão vinculadas a um segundo ponto, que é central no pensamento de Gilpin: o Estado, aproximando-o bastante de uma visão realista do sistema internacional

A perspectiva estadocêntrica em Gilpin

O principal elemento da argumentação de Gilpin, no que se refere à discussão mais ampla de Relações Internacionais, é a afirmação (e reafirmação), ao longo de suas obras, da centralidade do Estado, contrapondo-se tanto a leituras que opõem o poder crescente dos mercados ao poder decrescente dos estados, como a outras que denunciam não ser mais possível implementar políticas econômicas autônomas, frente a uma economia internacional globalizada.

Para sustentar essa posição, o autor destaca, em especial, a natureza limitada da globalização econômica, salientando que seus efeitos têm sido exagerados pela literatura. Gilpin se utiliza com frequência da comparação com a *Belle Époque*, com a finalidade de demonstrar que os fluxos de comércio, investimento e capitais eram mais pronunciados e menos controlados pelos estados no final do século XIX, do que são nos dias atuais. Com isto, o autor advoga pela necessidade de uma perspectiva histórica para a tese da globalização. Além de sustentar que os efeitos negativos da globalização são exagerados, o autor destaca que diversas queixas direcionadas ao fenômeno podem ser atribuídas a políticas domésticas conduzidas pelos próprios estados. Por fim, Gilpin não vê possibilidades de suplantar o problema do subdesenvolvimento e do atraso industrial sem a integração dos países que sofrem desses problemas na economia global.

Quando à questão da governança da economia global, tema que sempre aparece nos capítulos finais e conclusivos de seus livros, Gilpin reafirma sua posição, que aparece transversalmente, em todas as temáticas anteriormente tratadas, de que a economia internacional integrada não pode contar apenas com a regulação provida pelo mercado. Neste ponto, o autor retoma também a linguagem da TEH de forma mais direta: “um mecanismo de governança internacional tem que assumir diversas funções na nova economia global, em particular, deve prover alguns bens públicos e resolver falhas de mercado” (GILPIN, 2001, p. 378). Dentre tais bens públicos, são destacados: manutenção das regras do direito, em especial para resolução de disputas comerciais, estabilidade monetária e financeira, estabelecimento de padrões e regulações para negócios, administração da comunicação e do transporte global e soluções para problemas ambientais.

A visão geral de Gilpin sobre as possibilidades de cooperação no mundo globalizado destaca a importância do apoio dos estados mais poderosos à criação e à manutenção de instituições e regimes internacionais. É isso o que o autor denomina por “bases políticas de uma economia global” (GILPIN, 2000, p. 459). O fim da Guerra Fria teria sido marcado pela debilitação dos elementos que outrora davam sustentação a uma economia global aberta, sobretudo, a capacidade e disposição de liderança dos Estados Unidos, que teria se voltado a prioridades nacionais e regionais. Nesse ponto, Gilpin é bastante enfático sobre o papel dos Estados Unidos na economia global: “qualquer estratégia dos Estados Unidos para o século XXI deveria partir da premissa básica de que uma economia global unida é do interesse econômico e político do país” (GILPIN, 2000, p. 460). De acordo com Gilpin, os Estados Unidos, sendo uma potência ligada ao *status quo*, precisam de estabilidade no mundo e devem preservá-la, via presença política e militar na Europa e na Ásia. A potência hegemônica deve, inclusive, contrarrestar as forças do protecionismo e regionalismo, que geram ameaça à segurança e ao bem-estar do país e de seus aliados.

Apesar de desenhar um diagnóstico de declínio da economia americana em relação a outras, Gilpin sustenta que os Estados Unidos seguem sendo o único país com capacidade de exercer liderança – no sentido de colocar seu poder a serviço de algum projeto político mais amplo que seus próprios interesses nacionais – por seguirem sendo a principal potência militar e econômica do mundo. O exercício desta liderança passaria por contornar os riscos erigidos pela proliferação de acordos regionais. Apesar de salientar a imprescindível liderança americana para a garantia de uma economia global aberta, Gilpin afirma que a superpotência não pode fazê-lo sozinha. Nesse sentido, os Estados Unidos deveriam atentar mais às demandas de seus principais parceiros e ampliar a participação efetiva dos mesmos nos arranjos cooperativos. As consequências do não exercício de liderança por parte da potência hegemônica pode levar ao desaparecimento da “Segunda Grande Era do capitalismo” (GILPIN, 2000, p. 472), assim como desaparecera a Primeira Grande Era, com o colapso da capacidade de liderança da Grã-Bretanha. Com isso, Gilpin, em sua face mais realista, prevê um retorno dos conflitos inter e intrarregionais, com especial atenção à Europa e ao sudeste asiático. Tal prognóstico nos leva de volta aos temas desenvolvidos em *War and Change*, conforme vimos anteriormente.

Gilpin reforça a sua visão da manutenção da preponderância estatal em suas notas sobre um poderoso ator não estatal: as empresas multinacionais, sendo precursor, na subárea de EPI, da temática das multinacionais. Além de, em suas três obras gerais e uma específica sobre o tema, mapear o debate – sobretudo, apontando a indiferença da teoria econômica neoclássica sobre o tema, algumas insuficiências de teorias microeconômicas (teorias do ciclo do produto, vantagem competitiva, etc) e exageros das teorias críticas às CMN (a qual o autor se refere como radicais) – o autor delinea sua visão estadocêntrica acerca da operação destes empreendimentos econômicos e dos associados fluxos e Investimento Estrangeiro Direto (IED). Na definição adotada pelo autor, as CMN são “empresas de determinada nacionalidade com subsidiárias par-

cial ou integralmente controladas no interior de duas ou mais economias nacionais” (GILPIN, 2000, p. 223).

Para Gilpin, a expansão destas companhias, associada à internacionalização da produção, não pode ser entendida como um fenômeno de mercado, somente atentando às teorias da localização e das vantagens comparativas, praticamente de forma a excluir o poder regulador do Estado-nação. Ao contrário, para o autor, o impacto da globalização produtiva é largamente exagerado e o Estado-nação segue impondo as regras que as multinacionais devem seguir (GILPIN, 2000, p. 294). Dessa forma, Gilpin se coloca contra as teses que priorizam a certa independência que teria sido alcançada por essas firmas, afirmando que as mesmas seguem sendo empresas nacionais que conduzem negócios internacionais.

Com relação à conjuntura de rápida expansão da CMN, nos anos 1970, Gilpin é enfático ao atribuir o fenômeno, não às operações do mercado, mas aos interesses da potência hegemônica. Afinal, em seu registro histórico, todos os atores econômicos que se transnacionalizaram – mercados do século XVII, financistas do XIX ou as CMN do XX – o fizeram, pois era do interesse dos poderes hegemônicos de cada período que tal ocorresse (GILPIN, 1975, p. 4). Assim, a explicação para o crescimento das atividades das CMN residia no incremento do poder americano e da necessidade de contenção da União Soviética, no contexto da Guerra Fria. Com essa visão, fica colocada uma alternativa teórica às abordagens liberais, com sua ênfase na relação entre livre mercado e ordem mundial pacífica, e ao marxismo, que destaca os interesses das classes capitalistas no processo de expansão econômica das CMN.

Novamente, nesta temática, Gilpin enquadra a questão sob a ótica da tensão entre integração internacional (via mercados) e capacidade do estado em gerir a economia nacional. Ao colocar a questão “as corporações globais configuram uma ameaça?”, Gilpin tende a apreciar a questão de forma complexa e multifacetada. O autor não nega o imenso poder que estas empresas podem acumular, inclusive influenciando estratégias de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. No entanto, aspectos como as vantagens em termos de menores preços ao consumidor, melhores políticas salariais e condições de trabalho e acesso a capital e tecnologia, são salientados. Predomina, portanto, uma posição avessa ao fechamento das fronteiras nacionais ao ingresso de multinacionais, especialmente no caso de países mais pobres, porém, conjugada com a proposição de criação de um regime internacional de regulação da atuação destas companhias, bem como dos fluxos internacionais de IED.

Sua discussão sobre o papel das CMN e dos IED está parcialmente conectada ao tema do desenvolvimento econômico. Gilpin replica a denúncia de ausência de um regime internacional que pudesse constituir uma solução adequada para o problema do subdesenvolvimento e das economias em transição. O autor oferece uma conclusão ponderada para a questão. De um lado, livre-comércio e abertura econômica não conduzem ao desenvolvimento econômico, nem solucionam os problemas das economias em transição. O neoliberalismo, e sua ênfase no livre mercado, não configuram soluções de longo prazo para o problema. Por outro lado, o autor não sustenta o abandono completo dos preceitos liberais de

condução das relações econômicas internacionais. Essa posição é resumida em sua sugestão por uma solução de compromisso entre “os dois extremos do abandono do neoliberalismo e da total confiança nos mercados” (GILPIN, 2000, p. 340).

Cabe, ainda, salientar que, no livro de 1987, Gilpin atribui grande importância ao rápido crescimento japonês, analisado pela teoria das vantagens competitivas. Condizente com seu edifício teórico, o autor sustenta que os ganhos de comércio e a atração de IED americano teriam alavancado a economia japonesa ao ponto de a mesma se colocar como desafio na economia mundial e virtual candidato a *hegemon*. Frente ao declínio do Japão, observado a partir do final dos anos 1980 e do início da ascensão chinesa, a previsão de Gilpin mostrou-se equivocada e foi sujeita à crítica (KATZENSTEIN, 2005). Obviamente, Gilpin também foi seduzido intelectualmente pelo canto de sereia da teoria do *overstretch* imperial: a sobrecarga imperial de Paul Kennedy, de acordo com a qual “interesses e obrigações globais tornaram-se muito grandes para que uma grande potência possa defendê-los todos simultaneamente” (KENNEDY, 1988, p. 533, tradução nossa)¹⁰. Teoricamente, no entanto, Gilpin não falhou, o que houve foi que faltou ao campo das Relações Internacionais positivistas uma escolha mais assertiva e de longo prazo pela proposição teórica e empírica do *overstretch*. Como incisivamente sustenta Wohlforth (2011, p. 508, tradução nossa)¹¹: “Se os realistas não colocassem todas as suas maçãs na cesta da balança de poder de de Waltz, poderíamos estar armados hoje com uma agenda de pesquisa produtiva sobre o *overstretch* imperial em um mundo sem contrabalançamento por parte grandes potências”. Mas talvez o interesse que despertou a teoria da mudança e da guerra na obra de Gilpin tenha compensado a ausência de uma teoria e uma agenda de pesquisa densa sobre o *overstretch*, nos grandes poderes no mundo contemporâneo.

10. “global interests and obligations became far too large for the country to be able to defend them all simultaneously”.

11. “If realists had not put all their apples in Waltz’s balance-of-power cart, we might today be armed with a productive research agenda on imperial overstretch in a world without great-power counterbalancing”.

Guerra e mudança

Em *War and Change*, Gilpin, examina o problema da guerra e da mudança na política internacional. Um dos pressupostos básicos de Gilpin, nesta obra, em quem parece ecoar o mesmo pressuposto de Waltz, é que:

Um sistema internacional é estabelecido pela mesma razão que qualquer sistema social ou político é criado; os atores estabelecem relações sociais e criam estruturas sociais para avançar conjuntos particulares de interesses políticos, econômicos ou de outros tipos... Assim, uma condição prévia para a mudança política reside em uma discordância entre o sistema social existente e a redistribuição de poder para os atores que beneficiaria mais de uma mudança no sistema (GILPIN, 1981, p. 9).

Gilpin estabelece cinco pressupostos racionalistas da mudança na política internacional: (1) um sistema internacional é estável se nenhum estado acredita que seja vantajoso mudar o sistema; (2) um estado tentará mudar o sistema internacional, se os benefícios esperados excederem os custos esperados; (3) os estados buscarão mudar o sistema internacional através da expansão territorial, política e econômica até que os custos marginais de novas mudanças sejam iguais ou superiores aos benefícios marginais; (4), uma vez que o equilíbrio entre os custos e os benefícios de novas mudanças

e expansão é alcançado, a tendência é que os custos econômicos de manter o *status quo* aumentem mais rapidamente do que a capacidade econômica para sustentar o *status quo*; e (5) se o desequilíbrio do sistema internacional não for resolvido, então o sistema será alterado e uma nova redistribuída de poder aparecerá. Ao mesmo tempo Gilpin identifica três tipos de mudanças dentro do sistema internacional: (1) mudança de sistemas – uma grande mudança no caráter do próprio sistema internacional, (2) mudança sistêmica – mudança na governança de um sistema internacional e (3) mudança de interação – modificações nas interações ou processos políticos, econômicos e outros entre os atores de um sistema internacional. A expansão cessa quando os custos marginais de expansão adicional igualam ou excedem os benefícios marginais. No entanto, o equilíbrio alcançado é apenas temporário no processo de mudança. Uma vez que um estado atinge os limites da expansão, a manutenção da posição e o declínio são difíceis de sustentar. As taxas diferenciais de crescimento do declínio e o aumento dos estados ascendentes no sistema produzem uma redistribuição decisiva do poder e resultam em desequilíbrio no sistema. A guerra aparece como o fator decisivo da mudança, resultando, desta maneira, a guerra hegemônica (ou pela hegemonia) como mecanismo básico da mudança sistêmica na política internacional (DOMSALLA, 2017).

Teorias de relações internacionais tendem a acreditar em uma história sem muitas mudanças sistêmicas profundas, que alterem as principais propriedades do sistema internacional. Waltz (1979) elabora por exemplo uma teoria sistêmica das relações internacionais sem muitas mudanças ao longo da história do sistema de estados. Ao contrário, Gilpin acredita que a mudança, não a manutenção do *status quo*, através dos milênios forma parte da natureza do sistema internacional, embora essa natureza (a anárquica) possa permanecer inalterada por milênios.

Também Gilpin não acredita, como o fariam Morgenthau e Waltz, que o sistêmico tenha uma estrutura unicamente constituída por poder. Gilpin não “pretendia desenvolver uma teoria geral das relações internacionais que proporcionasse uma declaração explicativa abrangente” (WALTZ, 1979). Em vez disso, ele, modestamente, afirmou apenas fornecer uma estrutura [*framework*] para pensar sobre o problema da guerra e a mudança na política mundial. Além disso, do ponto de vista dos níveis de análise, a partir da teoria rigorosa, estrutural e materialista, de Waltz, surgiu um programa de pesquisa realista renovado e muito mais atraente e moderno do que um *framework* mal-arranjado e multivariado. A eclética e transdisciplinar obra de Gilpin não provê um papel causal para ideias, instituições e política doméstica, mas enfatiza sua interação com o poder material. (WOLHFORTH, 2011). Em *War and Change*, o autor fornece múltiplos caminhos para a interação entre os níveis doméstico e sistêmico, como os institucionalistas ou os teóricos da paz democrática liberal previram. A Teoria de Waltz parecia interpretar a estrutura como material, enquanto *War and Change* sugere permitir papéis importantes para ideias, adiantando-se cronologicamente ao pós-positivismo construtivista.

Consistentemente com aquele *framework* eclético e multivariado quanto a tradições intelectuais explicativas, para Gilpin vários vetores

de forças, e, portanto, causalidades de natureza diferentes, tencionam as relações internacionais, sejam elas de ordem política (o poder em si mesmo) e também sociológicas e econômicas – relacionadas às forças deflagradas pelo capital. A história de longo prazo é mudança e não conformidade com o *status quo*. Ao contrário do suposto pelo realismo clássico e neorealismo, mudanças em balanças de poder, militar ou econômico, não conduzem necessariamente ao conflito. Embora seus trabalhos se filiem à tradição realista, suas obras, em relação às do realismo de Waltz, por exemplo, foram levantadas sobre pressupostos fundamentais muito diferentes. O edifício teórico de Waltz baseia-se no pressuposto de que os estados estão condicionados pela mera possibilidade de conflito, enquanto Gilpin assume, de acordo com a teoria da utilidade esperada e grande parte das Ciências Sociais convencionais, o pressuposto racionalista das decisões estatais baseadas na probabilidade de conflito (BROOKS, 1997).

Consistente com aquele pressuposto da probabilidade, qualquer mudança no equilíbrio do poder econômico ou militar leva a um enfraquecimento subsequente dos fundamentos dos sistemas já existentes (ABDULLATIF, 2017). Gilpin acredita, ao contrário do chamado realismo defensivo, que o custo da manutenção do *status quo* internacional entre os poderes dominantes resulta em grandes discrepâncias entre o poder que possuem e este compromisso de manutenção (GILPIN, 1987).¹² O declínio desses sistemas é causado principalmente por aqueles que ganham poder porque valorizam os benefícios crescentes e os custos decrescentes da mudança do sistema (GILPIN, 1981, p. 188). De outro lado, como mencionado, o custo da manutenção do *status quo* internacional entre os poderes dominantes aumenta, resultando em grandes discrepâncias entre o poder que possuem e seu compromisso (GILPIN, 1981, p. 187). Isso pode se desdobrar em conflito (guerra), mas se trata uma probabilidade não uma possibilidade mecânica e quase necessária.

Porém, Gilpin admite que a guerra pode sobrevir como consequência da ruptura da estabilidade do sistema. Nessa probabilidade de tensões violentas na configuração de poder do sistema internacional, é que Gilpin vai identificar que o elemento causal, que viabiliza a mudança na forma de guerra, é o mecanismo prescrito na TEH. Gilpin realiza um retorno às suas fontes e influências realistas e atribui aos efeitos dos mecanismos um *status* de lei. Por esta razão, não é incomum que pesquisadores se refiram a essas consequências como “Lei de Gilpin” (KEOHANE, 1993). De acordo com Gilpin, a estabilidade hegemônica entre as potências dominantes e as potências crescentes é alcançada através da alteração das leis existentes no sistema internacional (GILPIN, 1987). Porém, os constantes incrementos e concorrência entre poderes pagarão seus custos: isso porque o aumento dos poderes tenderá a mudar as regras que regem o sistema internacional, a distribuição nacional do território e a divisão das esferas de influência. Por outro lado, as potências dominantes geralmente contestam o desafio das potências emergentes exercendo seus poderes hegemônicos, como propor mudanças em suas políticas na tentativa de restabelecer o equilíbrio nos sistemas (GILPIN, 1987). O resultado gera a chamada lei de Gilpin: caso o poder dominante não tenha condições de

12. Nos anos 90, aparecem duas versões do realismo que podem ser sintetizadas assim: de uma parte o chamado realismo ofensivo, cujo principal figura é John Mearsheimer (1981), quem herda do realismo clássico de Morgenthau o pressuposto de que os grandes poderes são maximizadores de poder, pouco se importando com a segurança. De outro lado, o realismo defensivo, atribuído a Waltz e seus seguidores, cuja premissa principal é que os estados são maximizadores de segurança, e que portanto, suas escolhas contemplam satisfação com o status quo na medida que tal configuração de poder lhes garante segurança.

restaurar e reequilibrar a balança de poder da ordem anteriormente existente, o desequilíbrio geralmente tem como resultado a guerra.

Quer dizer, o desequilíbrio na balança de poder é a causalidade profunda do conflito internacional violento (guerra). Mas, de outro lado, deve-se se diferenciar, em Gilpin, a ênfase que ele atribui ao desequilíbrio de poder, como mecanismo causal da guerra, dos mecanismos que vão permitir ter sob controle a expansão hegemônica. Para Gilpin a balança de poder desempenhou um papel distintamente secundário na limitação da expansão hegemônica em comparação com outras forças compensatórias, tais como barreiras naturais, os gradientes de diminuição de força, os limites econômicos e tecnológicos para e as instituições domésticas (PAPE, 2005). Em poucas palavras, Gilpin estava certo. A dinâmica do equilíbrio de poder desempenhou um papel, mas secundário ou mesmo terciário, em comparação com os fatores que Gilpin identificou (WOHLFORTH, 2007). Além disso, ele analisou dois fatores externos importantes (não relacionados à balança de poder): os custos crescentes do domínio político e a perda de liderança tecnológica, que, segundo ele, tenderiam a aumentar, quando um poder hegemônico está no topo do poder internacional (WOHLFORTH, 2011).

Mas antes de ver concretizado o resultado do desequilíbrio na balança de poder, a guerra, Gilpin foge do determinismo que caracteriza o realismo clássico e o neorrealismo ao racionalizar para os grandes poderes (estabelecidos ou em ascensão) cursos de ação diferentes a uma lógica mecanicista neorrealista e realista clássica. O pressuposto possibilista do pior dos casos de Waltz foi o elo chave entre a condição da anarquia e todas as implicações sobre poder e comportamento, num ambiente com essa natureza, principalmente a ideia de os estados temerem por sua sobrevivência nesse mundo anárquico. Ainda, dado o grande diferencial de poder que adquiriu um dos grandes poderes, só há duas opções: ou procura restabelecer o equilíbrio de poder ou parte para a guerra. No mundo probabilístico de Gilpin, ao contrário, os estados podem escolher uma ampla variedade de estratégias, espécie de correias de transmissão que filtram e reconduzem os conflitos, dependendo da avaliação da probabilidade e gravidade das ameaças à segurança.

Assim naquela lógica probabilística de Gilpin, antes de eclodir a guerra como o meio final de restaurar o equilíbrio desejado, os poderes desafiados têm duas alternativas principais em termos de ações que podem tomar. Ou os poderes estabelecidos e que têm seu poder contestado aumentam os recursos que se destinam a manter suas posições e compromisso no sistema internacional (GILPIN, 1981). Ou os poderes dominantes podem tentar reduzir seus compromissos existentes, bem como os custos associados, mas garantir que a redução não prejudique, de modo algum, suas posições no sistema internacional. Ainda, um curso alternativo, mas com menos controle, consiste em buscar novos recursos destinados a cobrir o custo de manter o domínio, para o qual o grande poder valer-se de políticas impopulares, como o aumento da tributação doméstica (GILPIN 1981, p. 188), ou mesmo tributar outros estados que são parte de sua área de influência.

Para a explicação de como aqueles três cursos de ação precedem (ou evitam) a guerra, Gilpin apela para sua influência intelectual eclética,

desta vez a sua influência do institucionalismo neoliberal. Na teoria da estabilidade hegemônica, é importante considerar o papel desempenhado pela hegemonia na geração de ordem e cooperação. A hegemonia neoliberal tem a responsabilidade de resgatar o sistema financeiro, através da abertura do comércio global e de incentivar a cooperação institucionalizada para criar uma economia aberta sustentável. De acordo com Gilpin, as hegemonias geralmente obrigam os estados mais fracos a aderirem a regimes cooperativos, a fim de reduzir a incerteza, diminuir os custos de transação e construir consistência em termos de expectativas econômicas. As hegemonias cooperativas geralmente tentam o máximo possível para se identificar com os interesses de seus aliados e ajustar sua posição de barganha em conformidade (ABDULLATI, 2017).

Tendo por base aquele argumento, Gilpin parte, então, das premissas neoliberais para chegar a conclusões realistas defensivas. Basicamente, de acordo com o argumento de Gilpin, o cálculo do custo ou do benefício na determinação da política externa baseia-se no objetivo de um estado de mudar o sistema internacional, usando métodos que lhes dão uma vantagem sobre os outros, colocando seus interesses em primeiro lugar. No entanto, dado que o estado hegemônico gostaria de consolidar seus interesses nacionais sobre outros, um custo está quase necessariamente envolvido. Por exemplo, um estado deve ter recursos adequados arcar com esse custo. O próprio Gilpin mostra, assim, as limitações daqueles três cursos de ação neoliberais mostrados acima: se um estado não possui recursos adequados para atender a esses custos, ele tentará mudar o sistema. A única maneira de o sistema permanecer relativamente estável e inalterado é se os estados individuais estiverem lucrando independentemente das desigualdades e satisfeitos com as mudanças (não sistêmicas) promovidas pelo *hegemon* (GILPIN, 1981, p. 51). O que significaria dizer que eles estão satisfeitos em manter o *status quo*. Com base nesse resultado, os realistas ofensivos não conseguem sustentar o argumento de por que o objetivo de cada estado é maximizar seu poder dentro do sistema internacional, com o qual Gilpin se aproxima bastante do neoliberalismo e os realistas defensivos.

Gilpin reforça esse argumento defensivo ao sustentar que um custo de oportunidade para uma sociedade é obrigatório se a mesma deseja adquirir ou manter poder, devido à operação do efeito *boomerang*: se um determinado estado busca adquirir poder, outros bens desejados são perdidos no processo, como consequência. Esse custo a ser pago pelo *hegemon* é vantajoso para melhorar a estabilidade no sistema internacional, porque a maioria dos estados renuncia a oportunidades sugeridas pela guerra, uma vez que os custos desta são muito elevados. Dessa forma, mantém-se a estabilidade e a posição de *status quo* para os estados mais poderosos, tendo o *hegemon*, inclusive, como ganho, um aumento da influência sobre outros estados, através de instituições ou mesmo por considerações ideológicas. Isso atenua, ao menos eventualmente, os jogos soma-zero, o que poderia retardar o eclodir da guerra. O trabalho de Gilpin, desta maneira, não se posiciona na forma de um jogo soma zero. Longe de descartar um papel para as instituições, *War and Change* oferece uma explicação poderosa para a criação e declínio das ordens institucionais e de governança

do poder. Em vez de colocar instituições como formas antitéticas à política de poder, ele explicou o quão densamente poder e instituições interagem. Ao mesmo tempo, Gilpin trata explicitamente das formas como as ideias e as instituições domésticas afetam tanto o aumento como o declínio dos poderes hegemônicos e a natureza das ordens internacionais que os mesmos promovem (WOHLFORTH, 2011).

Tudo isso poderia sugerir que Gilpin toma partido pela mudança pacífica no sistema internacional, como o fazem certos autores, como Kupchan (2001), que acreditam que o sistema internacional contemporâneo se inclina para uma mudança sistêmica do poder. No entanto, em seu epílogo de *War and Change*, Gilpin continua a professar “otimismo cauteloso” sobre mudanças pacíficas. Gilpin argumentou que os Estados líderes do sistema “tentarão mudar o sistema internacional se os benefícios esperados excederem os custos esperados” (WOHLFORTH, 2011; GILPIN, 1981), Mudança essa dada pela guerra necessariamente? Gilpin não deixa uma resposta satisfatória para essa questão, mas também não diz, para usar seu “otimismo cauteloso”, que a mudança utilitária pelos grandes poderes será feita através de mecanismo de *soft balance* (ou revisionismo suave), por exemplo, através da mudança da governança internacional baseada no poder do multilateralismo e a qualidade da diplomacia.

Em todo caso, Gilpin retoma certo pessimismo ao afirmar que, uma vez alcançado o equilíbrio entre os custos e os benefícios da mudança, os custos econômicos de se manter o *status quo* tendem a aumentar mais rapidamente em comparação com a capacidade econômica necessária para sustentar o *status quo* (GILPIN, 1981, p. 156). Em qualquer caso, seja porque o *status quo* pode ser mantido, seja porque não, o que está claro no pensamento de Gilpin é que a falta de obtenção de um equilíbrio (balança de poder) entre as hegemônias e as potências emergentes é a principal causa da guerra. Esse pessimismo se vê reforçado pelo afastamento que o autor faz do realismo defensivo, quando Gilpin adianta que os estados nem sempre “maximizam a segurança” em todos os momentos e sob todas as condições, como manteve o neorrealismo de Waltz. (WOHLFORTH, 2011). Mas também Gilpin não adianta, de forma ambivalente, que concorda com os realistas ofensivos, ao estilo de Mearsheimer (2001) ou com o próprio Morgenthau (1948), realistas que mantêm que os grandes poderes são maximizadores de poder. E, embora seja classificado como um “realista ofensivo”, Gilpin claramente não se enquadra em nenhuma dessas escolas teóricas.

Considerações finais.....

Diferentemente dos pressupostos de Wohlforth, não concluímos que o campo de Relações Internacionais teria ido mais longe e se desenvolvido melhor se as teorias e o campo epistêmico de Gilpin houvessem feito o papel de um acontecimento intelectual contrafactual. Na verdade, deve-se ao próprio Gilpin o fato de que sua obra não haver atingido tal posição. Em primeiro lugar, operou contra essa possibilidade a própria agenda de pesquisa de Gilpin que nós discutimos neste artigo. Embora tanto seus profundos discernimentos sobre a estabilidade hegemônica,

sobre a natureza estadocêntrica do sistema internacional e sobre a guerra tivessem muitos elementos originais, de alguma maneira, eles permaneceram a reboque, ainda que em interlocução, aos grandes sistemas realistas e institucionalistas propostos por Kenneth Waltz e Robert Keohane.

Em segundo lugar, talvez a mais poderosa e original ideia de sua agenda de pesquisa, a mudança política nas relações internacionais, viu-se muito limitada pelo fato de que as comunidades epistêmicas de Relações Internacionais são muito fascinadas por percursos históricos de curto e médio prazo. Gilpin não foi muito bem entendido, por fazer uma proposta que, em essência, estava mais próxima de historiadores como Braudel e o conceito de tempo histórico de “longa duração”, do que com uma comunidade que vive de um empiricismo histórico imediato e do médio-prazo.

Há uma terceira razão, pela qual o pensamento de Gilpin não chega a ser esse contrafactual, no que sim coincidimos com Wohlforth, a modéstia da estrutura teórica proposta por Gilpin limitou bastante que as comunidades epistêmicas de Relações Internacionais, sobretudo de epistemologias positivistas, sentissem-se inclinadas a optar por seus conceitos e propostas teóricas em vez daquelas propostas pelo neorealismo de Waltz em *Theory of International Politics*. Waltz propôs de maneira ambiciosa uma “uma teoria geral da política internacional”, ao contrário de Gilpin que propunha um *framework* conceitual. Do ponto de vista de uma estrutura científica, a distância em abrangência entre um *framework* e uma “teoria geral” é abismal. Assim, no máximo, em alguns pontos de sua agenda de pesquisa, definidas nos seus livros de 1981 e 1987, a teoria de Gilpin se aproxima mais de uma teoria de meio-termo (*middle-ground*), e não uma teoria geral, que no entanto, toma objetivos de compreensão de grandes temáticas gerais, não específicas.

Finalmente, ante uma comunidade epistêmica positivista ávida de grandes teorias e grandes debates específicos em torno de “ismos” (realismo, institucionalismo...), o caráter eclético, quase transgressor de etiquetas e filiações epistêmicas rígidas, pareceu muito pouco convencional. Ante uma comunidade epistêmica que embarcava na tendência, quase sem volta, da especialização do conhecimento, o ecletismo de Gilpin – que se valia de influências intelectuais realistas, institucionalistas e até construtivistas – era quase um estilo quase *old fashion*.

Nada disso, no entanto, significa que o aparato conceitual e empírico proposto por Gilpin não contenha uma espécie de “welcome to the future”, então já não como acontecimento contrafactual, mas como fato em si.

Referências:

ALABDULLATIF, A. **War and Change in World Politics**. 11 de ago. 2017. Disponível em: <<https://www.ukessays.com/essays/international-relations/war-change-world-politics-5012.php>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

BROOKS, S. G. Dueling Realisms. **International Organization**, v. 51, n. 3, p. 445–77, 1997.

COHEN, B. Robert Gilpin and the Early Development of International Political Economy. In DANSPECKGRUBER, W. (ed.). **Robert Gilpin & International Relations: reflections**. Princeton: Princeton University Press, pp. 21-32, 2012.

- DANSPECKGRUBER, W. Robert Gilpin: His work, His Influence, and the World of our Time. In DANSPECKGRUBER, W. (ed.). **Robert Gilpin & International Relations: reflections**. Princeton: Princeton University Press, pp. 113-130, 2012.
- DOMSALLA, M. Gilpin, **War and Change in World Politics (XXI)**. Disponível em: [http://saass.wikia.com/wiki/Gilpin,_War_and_Change_in_World_Politics_\(XXI\)](http://saass.wikia.com/wiki/Gilpin,_War_and_Change_in_World_Politics_(XXI)). Acesso em 05 fev. 2017.
- GILPIN, R. **The Global Political Economy: Understanding Economic Order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GILPIN, R. **The Challenge of Global Capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- GILPIN, R. **Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- GILPIN, R. **War and Change in International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- GILPIN, R. **US Power and the Multinational Corporation**. New York: Basic Books, 1975.
- GOWAN, P. **The Global Gamble: Washington's Faustian Bid for World Dominance**. London: Verso, 1999.
- KATZENSTEIN, P. **A World of Regions: Asia and Europe in the American Imperium**. Ithaca; London: Cornell University Press, 2005.
- KEOHANE, R. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KEOHANE, R. **Instituciones Internacionales y Poder Estatal**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.
- KINDLEBERGER, C. **The World in Depression: 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 1973.
- KUPCHAN, C. A. *et al.* **Power in transition: The Peaceful Change of International Order**. Tokyo: United Nations University Press, 2001.
- KENNEDY, P. **Rise and Fall of the Great Powers**. New York: Random House, 1987.
- MEARSHEIMER, J. **The tragedy of the Great Power**. New York: W.W Norton & Company, 1981.
- MORGENTHAU, H. **Politics Among Nations**. New York: McGraw-Hill, 1985.
- PAPE, R. Soft Balancing Against the United States. **International Security**, v. 30, n. 1, pp. 7-45, 2005.
- SNIDAL, D. The limits of hegemonic stability theory. **International Organization**, v. 39, n. 4, pp. 579-614, 1985.
- STRANGE, S. **Sterling and British Policy: a Political Study of an International Currency in Decline**. London; Toronto: Oxford University Press, 1971
- WOHLFORTH, W. C. Gilpin Realism and International Relations. **International Relations**, v. 25, n. 4, p. 499-511, 2011.
- WOHLFORTH, W. C. *et al.*, The Balance of Power in World History. **European Journal of International Relations**, v. 13, n. 6, p. 44-60, 2007.
- WOHLFORTH, W. C. The Stability of a Unipolar World. **International Security**, v. 24, n.1, p. 5-41, 1999”